



LICITAÇÕES NAS ESTATAIS

Um novo regime de contratação
(lei 13.303/2016)

Carga horária: 16horas

I. O cenário que recepciona a nova Lei

II. A quem alcança

1. Os Arts. 173 §1º e 175 da Constituição Federal – conceitos
2. Quem são as prestadoras de serviços públicos e as exploradoras de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços?
3. Regime jurídico híbrido

III. Título II disposições aplicáveis às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da união ou seja de prestação de serviços públicos.

1. Regulamento interno de licitações e contratos
2. Da exigência de licitação e dos casos de licitação dispensada, de dispensa e de inexigibilidade
3. Os casos de dispensa de licitação
4. Os casos de inexigibilidade de licitação
5. Contrato de patrocínio

IV. Os objetivos da licitação

1. Objetivos centrais
2. Princípios a serem perseguidos
3. Pressupostos da licitação
4. Reflexão sobre o orçamento
5. Procedimento de manifestação de interesse privado

V. Diretrizes a serem observadas nas licitações e contratos.



1. Como estão distribuídas as regras para licitações – GPS
2. As diretrizes centrais

VI. Impedimentos na participação

VII. Orçamento sigiloso

1. Do que se trata
2. Cuidados
3. Lei de acesso à informação

VIII. Publicidade e prazos

IX. Das normas específicas para obras e serviços - Arts.42 a 46

1. Regimes de execução
2. Anteprojeto e projetos
3. Contratação integrada
4. Contratação semi integrada
5. Matriz de risco
6. Remuneração variável vinculada a desempenho

X. Das normas específicas para aquisição de bens

XI. Do procedimento de licitação

1. Fases
2. Modos de disputa
3. Julgamento das propostas – tipos de licitação
4. Desempate
5. Efetividade das propostas
6. Negociação
7. Habilitação
8. Recursos administrativos
9. Homologação



10. Revogação e anulação

XII. Dos procedimentos auxiliares das licitações

1. Pré-qualificação permanente
2. Cadastramento
3. Sistema de registro de preços
4. Catálogo eletrônico de padronização

XIII. Da formalização dos contratos

1. Para obras e serviços – mais de um contrato para serviço de mesma natureza
2. Cláusulas necessárias
3. Garantia
4. Duração do contrato
5. Mutabilidade do contrato
6. Instrumento contratual

XIV. Da alteração dos contratos

XV. Das sanções administrativas

1. Sanções administrativas
2. CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

XVI. Da fiscalização pelo estado e pela sociedade

1. Por órgãos de controle externo e interno
2. Impugnação

XVII. Vigência